

ANÁLISE DE RELATOS DE EXPERIÊNCIAS NO CURSO DE EXTENSÃO A DISTÂNCIA – FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONSELHO ESCOLAR

Ângela Torquato Onofre

Cibelle Amorim Martins

Ederclinger Melo Reis

Lúcia Helena Carvalho Furtado Leite

Maria Dulce Brito Rebouças Freitas

Maria José Porto Alencar

Patrícia Fernandes Costa Martins

Introdução

O Conselho Escolar (CE) é uma instância que vem sendo promovida pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares¹ (PNFCE). Este Programa foi criado em 2004 com vistas a contribuir para uma gestão democrática da escola pública. Este órgão colegiado é composto por representantes da equipe gestora (no caso, o diretor como membro nato), dos docentes e demais funcionários da escola, pais ou responsáveis, estudantes e comunidade local. O CE é um espaço que vem se desenvolvendo em uma perspectiva de ampliar a participação desses segmentos na busca por uma Educação com mais qualidade. Todos os membros trabalham para, coletivamente, decidir e solucio-

¹ Esse Programa foi criado por portaria ministerial, em 2004, para cumprir o que determinam as três principais leis da educação: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996; o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001; e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007. Ele visa à implantação e o fortalecimento de conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica nas cinco regiões do país, envolvendo os sistemas de ensino públicos estaduais e municipais por meio de sua adesão à sistemática de apoio técnico, pedagógico e financeiro do Ministério da Educação (LUIZ, BARCELLI & CONTI, 2010, p. 12).

nar as questões da escola, numa prática diária de gestão participativa.

A participação coletiva é um aprendizado, é um exercício da cidadania que deve ser construído passo a passo com base nas lutas sociais pelos direitos e deveres de todos. O povo brasileiro tem presenciado ao longo das últimas décadas grandes transformações através destas lutas. O processo de democratização da sociedade brasileira foi uma luta histórica, durante a qual se viveu um longo período de ditadura, com “imposição de ideias e cerceamento da liberdade de expressão e também momentos de debate, de luta e conquista do povo.” (LUIZ *et al.*, 2010, p.93). A mobilização da sociedade por uma escola democrática vai de encontro à imposição do poder político concentrado nas elites dominantes. Depois do período da ditadura firmaram-se pressões sociais, produzindo, assim, as mudanças necessárias às transformações da sociedade que observamos hoje.

Após este período, surgiu a exigência Constitucional da Democratização da Educação tornando-se, portanto, um direito constitucional: o direito à educação e à gestão democrática da escola. Instituída no Art. 206, capítulo VI, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” é marcada pelo o início de uma política sólida de financiamento da educação com a definição do percentual mínimo de aplicação dos recursos para educação fundamental. A partir daí, difunde-se a ideia de participação social da comunidade escolar na gestão da escola com natureza participativa e coletiva. Ainda se discute bastante o caráter dialético dessa participação, pois, segundo La Mora (1996) ela pode legitimar uma ordem capitalista vigente, como também ser um instrumento do desenvolvimento da consciência crítica e da luta pela transformação social.

Ao longo dos anos até os dias atuais, vem-se criando políticas públicas que procuram promover a participação social e formação do cidadão voltada à superação da configuração hierárquica ainda presente nas instâncias públicas, inclusive no Sistema Educacional Brasileiro. Uma dessas políticas é PN-FCE. Podemos observar a multiplicação de criação de Conselhos, especialmente após a promulgação da LDB Nº 9394/96. No que se refere aos processos formativos, o MEC tem criado diversas estratégias, em parceria com os governos municipais e estaduais, para desenvolver as principais ações de atuação dos conselheiros escolares.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Ceará (UFC) por intermédio do Instituto UFC Virtual, vem contribuindo para ampliar a formação em CE, ofertando cursos na modalidade semipresencial para técnicos das secretarias de educação do Ceará e de outros estados brasileiros. Este artigo delimita sua análise à formação realizada durante o período de 25 de fevereiro a 15 de agosto de 2012. Os cursos ofertados pelo Grupo de Pesquisa e Ensino em Formação Tecnológica e Educacional² (GPEGE) no âmbito do PNFCE comungam com os objetivos da gestão democrática, entendendo a escola como um espaço que deve desenvolver ações educacionais no sentido de promover uma educação de qualidade, respeitando as experiências e conhecimentos individuais e apoiando as diferentes formas de pensar e agir. A valorização do saber de cada aluno é fundamental para que sejam banidas da escola as pressões que levam à evasão escolar e conseqüentemente à exclusão social. É no espaço da escola que deve acontecer uma troca de saberes e uma maior integração que vem enriquecer o processo educativo e quem dele participa. Esta é uma das

² Para mais informações acesse: www.virtual.ufc.br/gpege

principais características dos movimentos sociais na atualidade. É o que defende Marques (2007, p.41) quando diz que “a multiplicidade de posições de sujeito que constituem um só agente e a possibilidade de se transformarem em foco de antagonismo, sendo assim politizada.”

Por isso, a participação dos vários segmentos representativos no CE é essencial para a vivência democrática, pois possibilita a coexistência de diferentes pontos de vista, fazendo do processo educativo uma prática legítima de construção da cidadania. Marques complementa essa ideia ao afirmar que:

Para compreender a dimensão dessas novas lutas e a diversidade das relações sociais que se colocam à vivência democrática, é indispensável pensar o sujeito como um agente descentrado, constituído no ponto de interseção de uma multiplicidade de posições subjetivas. (MARQUES, 2007, p. 41).

A participação dos segmentos no CE busca questionar o modelo educacional desenvolvido nos últimos anos, extremamente funcional a uma sociedade de característica excludente, com práticas educativas que não consideram as diferenças individuais. Muitas vezes, a escola reflete uma condição social, na qual os valores éticos e morais são relativizados na formação do ser humano. Nesse panorama, a Formação Continuada em Conselho Escolar busca pensar a escola além de uma instituição técnico-administrativa, trazendo para a pauta de discussão o homem e a sociedade, os valores individuais e coletivos como uma de suas funções sociais e formativas.

Nos relatos aqui abordados foi possível observar que o CE tem desenvolvido uma cultura de participação política com a comunidade, debatendo suas necessidades e possibilitando que as comunidades escolar e local opinem sobre o

tipo de escola que deve ser construído para a sociedade que se quer, ou seja, mais justa e igualitária. Destaca-se neste artigo, o efetivo envolvimento de todos os envolvidos na construção coletiva de ideias, na reflexão sobre a autonomia da escola, melhoria das relações entre todos os atores implicados na prática educativa, na resolução de problemas. Por outro lado, houve aspectos que identificamos como dificuldades ainda presentes no cotidiano escolar, como a gestão autoritária e submissa por parte do Conselho, desconhecimento técnico das leis por parte dos membros no acompanhamento da gestão, ausência de participação de alguns segmentos da comunidade e o não atendimento das demandas da comunidade pelas diversidades encontradas. Esses elementos precisam ser problematizados na prática democrática no sentido da busca por superação.

Assim, propomos no presente artigo realizar uma análise de relatos apresentados pelos cursistas participantes da Formação Continuada em Conselho Escolar por meio de amostragem coletadas em ferramentas de interação, com vistas a enriquecer a discussão e reflexão sobre a gestão democrática da escola. Dessa forma, apresentaremos elementos positivos, como também entraves na prática da gestão democrática que possam servir de base para ações no campo da formação.

Relato de cursistas

Reflexões desarticuladas entre teoria e prática

Abaixo veremos uma série de relatos sobre problemas vivenciados pelos cursistas, com destaque para o problema estabelecido entre teoria e prática. Há ainda um longo caminho a percorrer entre os objetivos do PNFCE e a prática desse órgão

colegiado na escola. Por isso, durante a formação aqui relatada, procuramos “[...] contextualizar os saberes.” (MARQUES, 2007, p.96), enriquecendo a teoria com as experiências dos cursistas. Não obstante, valorizamos o relato de experiência como um importante conhecimento a ser pensado à luz dos fundamentos que norteiam a implementação de conselhos escolares em todo sistema público de ensino no Brasil.

Em um dos primeiros discursos analisados nos deparamos com uma professora e presidente de CE, em uma escola municipal de Fortaleza. Observamos que a mesma encontra-se descrente da possibilidade de transformação da realidade vivenciada. Ela denuncia as frágeis e inconsistentes articulações do colegiado, em que seus membros assumem uma postura acrítica diante de determinadas situações. A cursista frequentemente compartilha suas experiências nos fóruns, tentando comparações entre as discussões levantadas nos cadernos³ e sua prática escolar. Vejamos a sua colocação:

Desculpa-me em quem acredita que o conselho escolar será o salvador da pátria, mas não creio. Segundo o caderno 2 diz: “Ocorre que o Conselho Escolar possui uma característica própria que lhe dá dimensão fundamental: ele se constitui uma forma colegiada da gestão democrática. Assim, a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, construir uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se

³ Estes cadernos foram elaborados dentro das ações do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Trata-se de uma coleção de 12 cadernos basilares que foram impressos e distribuídos às escolas públicas de todo o território nacional. Diversas formações na área de gestão escolar e conselhos escolares utilizam esse material em suas discussões e atividades. Para consultar a versão em PDF dos cadernos acesse: www.mec.gov.br

o poder e as consequentes responsabilidades.” Mentira, porque o aluno fica calado, o segmento pai geralmente concorda com tudo, o presidente do conselho geralmente fica refém do segmento nato, cadê a gestão democrática? Não quero dizer que para tudo dissemos amém, muitas vezes os demais segmentos ficam à margem do ocorrido na escola. Como pode haver educação de qualidade se não há gestão democrática, se as decisões são feitas às portas fechadas, também não podemos esquecer dos recursos, todos já determinados. (desculpa-me o desabafo).

Nessa fala podemos constatar uma profunda lacuna entre os princípios da gestão democrática e aquilo que é praticado no cotidiano do CE. Esta é apenas uma amostra de vários outros comentários que encontramos na realização deste módulo do curso. As reflexões do grupo de cursistas, as socializações de experiências, têm suscitado comparações, olhares mais atentos à prática, novos conhecimentos, alavancando mudanças, no instante em que há a apropriação do saber, a conscientização dos papéis e o posicionamento diante da realidade.

Em outro comentário, no entanto, identificamos um contraponto, no sentido de apresentação de estratégias para o desenvolvimento de ações que venham a fortalecer o trabalho dos conselhos. O cursista sugere a realização de seminários periódicos, no intuito de esclarecer e incentivar o trabalho e a atuação do CE, conforme pode ser observado no seu discurso:

Na 1ª CREDE de Maracanaú instituição na qual trabalho há a preocupação em incentivar e fortalecer os organismos colegiados. Ainda este mês estaremos realizando o Encontro Regional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, envolvendo as escolas estaduais pertencentes

aos municípios desta CREDE. Esse evento será dividido em dois dias, pois contará com a participação de cinco membros do Conselho Escolar por escola, envolvendo todos os municípios que fazem parte dessa coordenadoria. Esse evento tem como objetivo fortalecer os Conselhos Escolares com ações estratégicas de qualificação de seus membros para o desempenho de suas reais funções, visando uma verdadeira atuação dos conselheiros de forma mais participativa.

Acredito que a partir da realização de eventos como esse, desperte nos conselheiros um interesse maior no sentido de desenvolver suas funções de forma mais atuante.

Antes da estratégia citada pela cursista, ela faz uma crítica acentuada sobre alguns Conselhos Escolares, que por não compreenderem bem seu papel e não se apropriarem das informações e conhecimentos, manifestam submissão aos ditames do núcleo gestor que, frequentemente, desvirtua as ações do colegiado, submetendo-os a tarefas burocráticas. Assim como podemos verificar abaixo:

Em algumas escolas, os organismos colegiados como o Conselho Escolar só existem no papel, ou seja, há a formação dos componentes e até realizam algumas reuniões anuais, mas sua atuação é mínima. Torna-se difícil uma atuação mais consistente desse órgão quando a própria direção da escola não lhe dá a importância devida. Então não podemos negar que infelizmente ainda existem muitos Conselhos Escolares que só existem de fato, mas não de direito. Aí se percebe claramente que essas escolas não têm uma gestão democrática. O núcleo gestor prefere “comandar” sozinho, não respeitando a pluralidade de opiniões dos sujeitos que compõem a escola.

É sabido que existem grupos gestores que compreendem o conselho como uma extensão de sua administração e por isso, precisam cuidar para que seus indicados ou pessoas de sua confiança façam parte da equipe, para reforçarem as ações de trabalho definidas, os programas elaborados e as prestações de contas estruturadas. Em contrapartida, outras realidades são verdadeiros exemplos de democracia, de justiça, de interação, compartilhamento e principalmente de coletividade. Conforme coloca Mendonça (*apud* ABRANCHES, 2003, p.18):

[...] a descentralização só existe no momento em que as decisões locais possuem uma certa autonomia e emanam de uma coletividade e não do Estado. O ponto central a ser considerado no processo de descentralização é que este pode estimular e abrir oportunidades para a participação social, mediante o deslocamento dos centros decisórios – a descentralização é um meio para favorecer a participação. Por outro lado a descentralização só se torna possível pela participação. (MENDONÇA, 2008, p. 98 *apud* ABRANCHES, 2003, p.18).

A participação é premissa para a descentralização e vice-versa, conforme o autor supracitado. As decisões não podem simplesmente estar postas na realidade, mas se encontram em um permanente movimento dialético e reflexivo entre os diferentes olhares para a realidade. O relato abaixo demonstra um movimento por um processo democrático de gestão, de luta pela transformação da realidade. A construção de uma escola democrática e de qualidade requer o compromisso efetivo de todos os componentes das comunidades escolar e local. Quando o coletivo partícipe da prática escolar não está integrado ao que se desenvolve no seu interior, é preciso que-

brar barreiras, buscar relações e interações a partir de uma ação dialógica de aproximação entre o que é desenvolvido na escola e a realidade em que está inserida. Vejamos o comentário de outro cursista:

O espaço educativo e as relações da escola com a comunidade podem ser decisivos para a instituição escolar, por propiciar o fortalecimento da gestão democrática. Quando a comunidade acredita no poder transformador da escola e passa a participar nas ações de planejamento e tomada de decisões, a escola começa a melhorar a qualidade nos serviços prestados à sociedade em geral. A escola escolhida para análise de seu contexto social está situada no bairro periférico da cidade de Camocim. De acordo com a gestora da escola a realidade econômica e social da comunidade atendida, há a predominância de famílias menos favorecidas, sendo que muitas destas se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou são caracterizadas pela prática de atividades profissionais de baixa remuneração. A busca pela sobrevivência é testemunhada pela variedade de atividades profissionais informais. Os campos de trabalhos giram em torno do comércio, da agricultura de subsistência e da pesca, destacando-se também a procura pelo serviço público. Com o surgimento de vagas na indústria calçadista, muitos pais e mães têm conseguido vínculo empregatício, o que favorece a elevação da renda familiar, porém, dificulta o acompanhamento aos filhos em idade escolar. Apesar de sinais do progresso, ainda é grande o número de pessoas que necessitam de programas sociais do governo para a complementação da renda familiar.

A comunidade sofre muito, as consequências dos altos índices de violência, muitas vezes protagonizados por

jovens que, de certa forma, foram postos à margem da vida escolar e, por conseguinte, do mercado de trabalho. Ainda existe a propagação do uso de drogas ilícitas, os casos precoces de iniciação à sexualidade, dando margem para o crescimento dos índices de gravidez na adolescência.

A escola tem buscado fortalecer a gestão e tentado firmar parcerias com a comunidade procurando valorizar o potencial existente na mesma. Ainda tem estimulado a prática da gestão democrática, buscando se fortalecer como núcleo de cidadania na comunidade, tem valorizado a comunidade escolar e procurado incentivar as habilidades individuais.

Analizando este contexto percebe-se que as relações da comunidade em relação à escola em que está inserida, deve ser harmoniosa e recíproca, isso é muito bom, pois ajudará a instituição a resolver problemas e encontrar mecanismos para que seja ainda mais eficaz em suas atividades.

Este comentário apresentado demonstra um aspecto fundamental que existe quando se busca aproximar teoria e prática. Se por um lado se apresenta como fundamento do CE a participação efetiva de seus membros, por outro, é preciso criar condições, na prática, para que essa participação ocorra. Sendo assim, não é difícil alguém questionar “E como poderia se dar essa participação?”. Longe de trazer respostas, levantamos outra questão: “O diálogo constante seria um bom começo?”. Marques (2007) nos lembra que a escola é uma instituição da esfera pública social e, portanto, os espaços que nela habitam, como é o caso do CE, também representam essa esfera de relações sociais, assim como seus conflitos. Então:

Tendo em vista que o “Conselho Escolar” é uma “instituição” política, os antagonismos, a pluralidade e o conflito são considerados como constitutivos de relações democráticas em seu interior, enriquecedores no processo de consolidação de uma democracia radical e plural em todas as instituições sociais, podendo contribuir, portanto, para a aplicação dos princípios da igualdade e da liberdade. (MARQUES, 2007, p. 97).

Valorização da cultura dos alunos ou manutenção de *status*

Os outros dois últimos relatos que apresentaremos a seguir dizem respeito à relação entre o CE e a valorização da cultura. Trata-se de experiências interessantes relatadas no curso de formação.

Leciono na EEM Liceu Vila Velha, situada na periferia de Fortaleza, bairro bastante pobre e com altos índices de criminalidade. Todas essas características negativas sobrepõem às demais características do local e de seus moradores para muitos dos profissionais da escola, a meu ver, visto que ouço muitos comentários, principalmente dos professores, depreciando os alunos, seus hábitos e costumes. Parece-me muito com o que é destacado no Caderno 3 sobre a não valorização e reconhecimento da cultura do aluno, o considerar sua “bagagem” ruim ou negativa por não ser similar à sua.

Tive a oportunidade de ler um trabalho de uma professora gaúcha chamada Mônica Dorian Arpini e sua argumentação esclarece que o professor tende a anular a carga cultural do aluno por considerá-la imprópria[...] Imprópria ao que ele considera correto e bom. Isso ocorre, destaca a autora, talvez devido ao fato de o profes-

sor, geralmente, não pertencer à mesma classe social do aluno e, por isso, considera seus hábitos e expectativas como corretos em detrimento dos do aluno. O próprio fato de o professor ter cursado uma graduação e, com isso, ter apreendido os signos da “boa educação” (ainda considerado um dos principais objetivos da escola), aponta para a divergência de classe social entre esses dois segmentos escolares, pois em geral o público da escola pública é de classe baixa.

Com isso, a escola acaba atendendo aos interesses hegemônicos da sociedade, conforme destacado no Caderno 3, que visam apenas qualificar futuros empregados, domesticá-los e torná-los obedientes a um sistema opressor e explorador que irá consumi-los por completo, não somente sua força de trabalho.

Como tentei destacar, a questão da valorização da cultura da comunidade escolar parece ser um grande desafio para todos os segmentos que compõem a escola. Para haver essa valorização é necessário que todos compreendam a importância da diversidade cultural existente em nossa sociedade e que respeitar essa diversidade é fundamental para melhorar os resultados da educação: aprendizagem, evasão, etc.

Conforme relato acima percebemos que a realidade de muitas instituições onde há CE é apenas de “aparência”. Quando na essência ainda se reproduzem as formas hierárquicas de participação. Aqueles que possuem o conhecimento erudito têm seus posicionamentos e ideias estabelecidas e tomadas como verdades que precisam ser transmitidas àqueles que possuem uma cultura popular. No curso, essa discussão foi levantada durante o estudo do Caderno 3 intitulado “Conselho Escolar e o respeito e a

valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade”. A educação formadora do cidadão crítico, participativo, consciente não pode desconsiderar a diversidade cultural própria de toda e qualquer comunidade. Os saberes diversos devem ser contemplados nos espaços onde se propõe a prática democrática.

Neste sentido, a participação da comunidade da escola na sua gestão, tal como é prevista em lei, constitui um mecanismo que tem como finalidade não apenas a garantia da democratização do acesso e da permanência, com a finalidade de garantir a universalização do ensino, mas também a propagação de estratégias democratizantes e participativas que valorizem e reconheçam a importância da diversidade política, social e cultural na vida local, regional ou nacional. (RISCAL, 2010, p. 29).

A partir dessa questão, passemos ao último relato que não só fala da valorização da cultura, mas acaba sendo a própria manifestação da cultura popular através das práticas do CE. Trata-se de um cordel elaborado por um dos alunos do curso. Escolhemos fechar o texto com esse relato no intuito de problematizar a realidade dos profissionais que trabalham em cursos de formação, sensibilizando-os para a criação de espaços de expressão dos próprios cursistas. Há de se refletir até que ponto nossos cursos de formação – que tratam essencialmente de processos democráticos de gestão – têm vivenciado experiências de autoexpressão por parte dos estudantes, refletindo em suas práticas o que o conteúdo com base no qual conduz o processo de ensino-aprendizagem.

Não sou poetisa profissional
Mas gosto de arriscar
Fazer versos que rimam
Para alguém apreciar
E na literatura de cordel
Eu fico a me encantar

Os versos desse poema
É de um cordel encantado
É o sonho que eu tenho
de um conselho arretado
trabalhando ativamente
dando conta do recado

sendo deliberativo
sendo fiscalizador
mas também na parceria
junto ao núcleo gestor
buscando se envolver
sendo um órgão lutador

que participa com afinco
da atividade escolar
político e pedagógico
ele vai participar
dando sua sugestões
ajudando a melhorar

No projeto pedagógico
Participa ativamente
Do planejar a execução
No avaliar permanente

Analisa, critica e sugere
Faz isso constantemente
Por isso que de início
Falei de encantamento
De sonho e ficção
Esse é meu julgamento
Que conselho desse nível
Deve está em andamento

Na verdade o que temos
De fato e de real
é a criação de um Conselho
só para efeito legal
para assinar papel
muito longe do ideal
No PPP da escola
Ele apenas assistiu
A leitura do documento
Ele apenas ouviu
Pois participar como devia
Isso nunca existiu

Talvez esta realidade
Tenha alguma exceção
E que em alguma escola
Haja participação
Do início até o fim
Do planejar a execução

Continuo refletindo
Sobre o real e a ilusão
O que temos e o que teremos

Na nossa instituição
Depois desse nosso curso
As mudanças que virão

E nesse objetivo
De mudar essa visão
Que um conselho atuante
Só existe na ilusão
Daqueles que acreditam
No mundo da ficção

Que busco o compromisso
Dos que fazem a educação
Para que juntos na luta
Estejam em atuação
E com o mesmo objetivo
E com a mesma visão

De que a escola é de todos
E que todos somos um só
E juntos no dia a dia
Desamarramos o nó
Que dificulta a escola
Caminhar para o melhor.

Considerações Finais

Este artigo teve o intuito de apresentar amostragens de relatos de experiências apresentados pelos alunos do Curso de Extensão a Distância em Formação Continuada em Conselho Escolar. Desta forma, podemos facilitar trocas de experiências por meio, dialogando com bases teóricas importantes para sistematização das ideias, contribuindo para o enriquecimento da gestão democrática da escola pública.

Esta disposição pelos atores da comunidade escolar demonstra parte da realidade dos Conselhos Escolares. Evidenciam lacunas, sentimentos, pensamentos emergentes de diferentes cenários, pois os cursistas estão diretamente ligados a vivências no contexto dos conselhos escolares. São visões peculiares e situações diversas que vimos representadas nas falas coletadas nas interações por meio das ferramentas de educação a distância, como fóruns e portfólios.

As diversas ambientações significam a apropriação dos conteúdos contextualizados, como conhecimento de cidadania, leis, administração pública, participação democrática e disseminação de ideias diversas. Portanto, averiguamos reflexões de articulação entre teoria e prática.

Encontramos pistas de ideias motivacionais da sociedade para uma ação conjunta e, por outro lado, muitas vezes constatamos o desconhecimento da população sobre o que é um Conselho Escolar, suas atribuições, seu impacto na escola e como se desenham seus processos participativos no âmbito das comunidades escolar e local. Trazer a sociedade para dentro da escola é também uma maneira de mostrar a transparência de suas ações, ao passo que as capacitações realizadas são pertinentes para mobilizar e sensibilizar a sociedade para a importância da construção de espaços democráticos, à começar pelas instituições escolares.

O compartilhamento de experiência e divulgação por meio de publicações é uma oportunidade de aproximar a comunidade científica da problemática existente nas escolas públicas brasileiras, reduzindo por sua vez a distância entre a teoria construída no interior da universidade e a realidade vivida nas escolas. Neste artigo, no qual destacamos a voz dos atores principais dessa realidade, possibilitamos a valorização de suas construções críticas ao longo do curso, dando vida ao conteúdo, tornando-o instrumento efetivo de fortalecimento dos Conselhos Escolares. Colocamo-nos cientes de que as formações devem se submeter a constante processo de avaliação e revisão, assumindo o compromisso de melhorar a qualidade da educação no nosso país.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. Ministério da Educação. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. LDB Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. *Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. Brasília: MEC/SEB, 2004. 10v.

DE LA MORA, Luís. Aferição da qualidade da participação dos agentes envolvidos em mecanismos de gestão democrática do desenvolvimento local. Uma proposta metodológica. In: LACERDA, Norma e LEAL, Suely (Org.). *Relação público-privado: do local ao global, surgimento de novos atores na gestão das políticas públicas*. Editora UFPE, 2002.

LUIZ, Maria Cecília (Orgs.). *Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação*. São Paulo: Xamã, 2010.

MARQUARDT, Michael J. *O Poder da aprendizagem pela Ação*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MARQUES, Luciana Rosa. *A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Org.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 192 P.

RISCAL, Sandra Aparecida. Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador. In: LUIZ, Maria Cecília (Org.). *Conselhos escolar: Algumas concepções e propostas de ação*. São Paulo: Xamã, 2010.